

ENTRE RIOS: FRONTEIRAS, POPULAÇÕES E CULTURA MATERIAL NO NORTE.

Tatiana de Lima Pedrosa Santos.¹

Resumo

Este artigo procura construir um enfoque teórico para se pensar a fronteira amazônica numa perspectiva que leve em consideração seu passado. Quando se discute sobre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental como assunto de ordem prioritária contemporaneamente, se propõe um olhar mais atento para o passado Amazônico e os “povos da floresta”, que já possuíam uma preocupação com o tema em seu dia-a-dia. Partindo da análise de outras formulações acerca da fronteira amazônica e do processo de expansão e evolução da mesma num viés arqueológico e histórico, procuramos identificar as contribuições e os limites do conceito de fronteira.

Palavras-Chave: Amazônia, Fronteira, Cultura Material.

Resumen

Este artículo busca construir un enfoque teórico para examinar la frontera amazónica en una perspectiva que lleve en consideración su pasado. Cuando se discute el desarrollo y sostenibilidad ambiental como asunto de la orden de prioridad contemporáneamente, si propone una mirada más atenta para el pasado Amazónico y de los “pueblos de la selva”, quien ya tenían una preocupación con el tema en su día a día. Partiendo de análisis de otras formulaciones acerca de la frontera amazónica y del proceso de expansión y evolución de la misma en un enfoque arqueológico e histórico, buscamos identificar las contribuciones y los límites de los conceptos de frontera.

Palabras-clave: Amazonía, Frontera, Cultura Material.

Há tempos que se vem discutindo o potencial ecológico da Amazônia e seus problemas decorrentes de uma fraca iniciativa de preservação. A destruição de seus recursos naturais causa preocupação já que não se percebem políticas ou iniciativas de amplitude na contenção dessa destruição.

Atualmente, o contexto político e ecológico da Amazônia são complexos: o desmatamento aumenta a níveis nunca vistos, os conflitos pela posse dos recursos naturais são cada vez maiores e cidades como Manaus e Belém crescem a um ritmo vertiginoso, com as típicas consequências da urbanização descontrolada. (...) Todos esses problemas mostra que o Estado Brasileiro não sabe direito o que fazer com a Amazônia, embora a necessidade de ações seja premente (NEVE, 2006:9)

¹ Professora Doutora do curso de Arqueologia da Universidade Estadual do Amazonas. Responsável pelo Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça, Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas.

A solução para esses problemas parece vir de um lugar óbvio: o desenvolvimento adequado e a redução da destruição crônica dos recursos naturais da região. Concomitante a isso deveremos nos assegurar a maiores investimentos em ciência e tecnologia, em infra-estrutura social, em debates que tenham em seus temas pressupostos básicos e as possibilidades de médio e longo alcance.

Em meio a essa discussão é importante assegurar-nos da proteção e guarda dos “povos da Floresta”, parte importantíssima desse Bioma Amazônico. Essas populações tradicionais são os verdadeiros guardiões da floresta Amazônica. Essa população é detentora de um conhecimento ancestral, de uma tecnologia que chama atenção por sua interatividade com o meio ambiente em que vivem. E o mais importante; vivem e convivem sem destruir seu ecossistema.

Os povos da floresta é um capítulo a parte na imensa biodiversidade que é o ecossistema amazônico. Essas populações ao longo de anos interatuam com o ecossistema através de seus saberes locais, e possuem um conjunto de valores que merece ser decifrado no entendimento de seu total domínio e interação com a natureza.

Esses grupos podem ser caracterizados por um panorama em que a cultura ganha destaque na sua pluralidade. Um ambiente tão diferenciado propiciou sem dúvida um desenvolvimento histórico variado. (Oliveira, 1988: 66)

As modificações ocorridas nessa região por causa do processo de ocupação humana, num período aproximado de 300 anos, demonstram que os seus primeiros habitantes aí viveram em equilíbrio com a natureza, enquanto que o “progresso” que se tenta impor a essa área a partir, principalmente, de 1960, pelo fato de não levar em conta aspectos fundamentais da cultura e da sociedade do HOMEM que aí reside, poderá acabar por romper tal equilíbrio. (IDEM; 66)

Uma das muitas discussões que envolvem o ecossistema da Amazônia é justamente a capacidade de manter esse ecossistema vivo e latente. Enquanto que as sociedades indígenas e seus remanescentes conseguiram durante sua ocupação uma adaptação ao habitat cuja produção e desenvolvimento já esboçam a preocupação com a conservação ambiental.

Essas populações através de seus processos adaptativos foram transformando seus ambientes nativos num lugar totalmente conhecido por sua cultura, num espaço onde nem sequer podia-se supor a habitação, num espaço organizado, organizado e manejável. A “floresta” para esses povos é condição imprescindível à vida de forma a permitir sua subsistência, sua cultura e sua prática de imaginação no mundo.

Nesse sentido, realizar viagem na Amazônia é perceber que o homem se convencionou a denominar de beiradino pelo fato de as residências estarem geralmente à beira dos rios e por tudo estar associado a estes, nos quais acontecem as transformações nos sistemas de relações sociais e também há as despedidas daqueles que partem para a vida eterna. (SILVA, 2014; 13)

É possível afirmar tranquilamente duas questões para os povos da floresta e o ambiente em que vivem; a primeira afirmativa vai ao encontro da prerrogativa de que todo ecossistema é dinâmico, sendo assim não é possível preservá-los sob uma prerrogativa única; a segunda é de que se tomando a primeira afirmativa como premissa podemos então partir do princípio de que estes não são resistentes às adaptações e mudanças.

Sendo assim o acesso aos recursos naturais da floresta e a vivência desses povos no ambiente em que vivem é perfeitamente natural. A exploração desses recursos em si pode ser feita através de múltiplas e até complexas alternativas formas de manejo. O manejo desse ecossistema amazônico foi capaz de prover ao longo dos anos inúmeras necessidades dos povos da floresta.

De fato durante muito tempo os modelos de desenvolvimento social, econômico, tecnológico e humano para Amazônia foram baseados unicamente num determinismo ecológico, onde o meio ambiente era visto como fator problema ao desenvolvimento e crescimento local. (FAUSTO, 2000)

Os modelos de desenvolvimento pré-coloniais evidenciados através das pesquisas arqueológicas e de ecodesenvolvimento experienciados a partir da pesquisa histórica dos primeiros contatos dessas sociedades com o europeu, corroboram com as hipóteses de que estas sociedades adotavam sistemas de manejo de forma a não agredir o meio ambiente, nem prejudicar as gerações posteriores.

Essas “restrições ambientais” tema de inúmeras discussões da década de 70, passaram a ser estudadas a partir de novos parâmetros em que baseados nos relatos dos primeiros cronistas e viajantes se percebe que esse ambiente foi planejado e manipulado de forma a aperfeiçoá-lo em sua última instância. (NUNES FILHO, 2011)

Esse espaço preenchido por rios da região, contava com diversos grupos indígenas em suas margens quando na chegada dos primeiros europeus. Sua densidade impressiona de tal forma que podem ser encarados como um espaço fronteiro por suas características geopolíticas.

Quando se pensa em fronteiras na Amazônia é importante destacar que possuímos não uma, mas várias regiões fronteiriças interligadas. O conceito de fronteira, neste caso, precisa ser encarado de forma a saltar de um modelo realista, funcional e sistemático, para um conceito que possa dar conta dessa variedade e explicá-la da melhor maneira possível.

Uma maneira de entender essa integralidade fronteira amazônica seria estudá-la sobre uma prerrogativa multidisciplinar. Em que a circunscrição espacial fosse mais dinâmica e encarada em diversos setores, seja uma fronteira arqueológica, histórica, geopolítica e etc.

O entendimento desses espaços fronteiros amazônicos pressupõe que se possa ponderar não só o reconhecimento de suas especificidades, como também estes se articularam no passado.

Segundo Castilho, o espaço em que ocorrem os primeiros encontros dessas sociedades com o colonizador europeu deve ser delimitado de forma a salientar sua dinamicidade e sua plasticidade fronteira.

Uma vez que a sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do que ela produz e do que só é inteligível por meio dela, mediante acumulações e substituições atitudinais das diferentes gerações que se superpõem. Percebendo-o ainda como uma matriz sobre qual se desenvolveriam as ações de grupos indígenas que ali estavam presentes e de europeus que chegavam à busca de novos territórios, realizando, desta forma, uma combinação de vários tempos presentes que gerariam uma espacialidade e uma paisagem única dos vários atores e grupos envolvidos neste processo. (CASTILHO, 2008; 19)

Espaço geopolítico, pois o fundamento do povoamento da Amazônia, em se tratando de um tempo colonial, rememorado através dos cronistas e viajantes europeus, e de um tempo pré-colonial, cujo tempo de ocupação data muito antes da chegada do europeu, indica relações de poder e relações espaciais e geográficas estabelecidas através do uso do território.

Assim é importante destacar que a Amazônia pré-colonial e de contato possuía uma configuração muito diferente da que hoje conhecemos. E esse ecossistema era totalmente dominado e conhecido pela sociedade que o habitava. Essa Amazônia acaba sendo um grande laboratório no que se refere às pesquisas sobre sua biodiversidade e sociodiversidade (MOREIRA, 2010).

Esse ecossistema, principalmente no que concerne ao Estado do Amazonas, em sua porção territorial e a sua grandiosidade nos entre-laços hidrográficos que alimentam o Rio Amazonas, nas várzeas e terras firmes, é que se encontram os vestígios dessas sociedades que detinham um amplo conhecimento sobre o manejo desses ecossistemas (AB'SABER, 2008). A extensão da bacia hidrográfica favoreceu penetrações muito grandes e é provável que a colonização portuguesa pôde penetrar pelo rio principal, o baixo Amazonas, o médio Amazonas, chegando ao Solimões, subindo até o rio Branco, impedindo a penetração dos colonizadores espanhóis que vinham pelo norte, sudoeste etc. Essa drenagem foi fundamental na penetração dos portugueses e isto resultou em grandes conflitos com os habitantes indígenas regionais, o que representou uma história bastante trágica (AB'SABER, 2005).

A Cultura material das sociedades pré-coloniais e à época do contato, e suas impressões no ecossistema da floresta faz parte da herança deixada por eles a nós. Essa herança foi desenvolvida através de inúmeras gerações e é ela que nos deixa pistas em relação ao comportamento e aos padrões aceitos numa época em que só alcançamos através de seus vieses.

Portanto, ao se pensar fronteiras, na Amazônia, é sempre ter em mente que essas merecem ser pensadas de maneira mais complexa. Essa complexidade, pré-histórica e histórica, faz parte de uma dinâmica espacial cuja forma de controle e uso do espaço é única e acaba reorganizando novos domínios.

Essa percepção é mais específica e menos genérica fazendo então surgir novas e inquietantes indagações pra esse passado amazônico e sua gente. Esse Patrimônio Cultural conservado através de sua cultura Material, de sua oralidade, de sua história, nos força a dar mais atenção às evidências que colocam em foco uma ocupação que de longe é passiva.

Por conta disso faz-se premente entender que as sequencias de ocupações ancestrais se fizeram de diferentes maneiras. O processo de povoamento desse imenso tapete verde é diversificado.

Desde meados do século XVI, e início do XVII, quando se tem as primeiras viagens e expedições europeias na Amazônia, era comum a referência de um adensamento populacional das sociedades indígenas que habitavam os rios, lagos, paranás, ilhas, furos e igarapés da região (PORRO, 1996). Quando estes visitaram ou se estabeleceram na Amazônia, descreveram à presença de grandes aldeias, algumas ocupadas por milhares de pessoas, integradas em amplas redes regionais de comércio e em federações políticas regionais (NEVES, 2006; 8)

De fato desde a primeira expedição espanhola, iniciada em 1541 e capitaneada por Francisco de Orellana, que percorreu o rio Amazonas desde o Peru até a sua desembocadura, cuja viagem foi relatada pelo cronista da expedição, frei Gaspar de Carvajal, na obra “Relación del descubrimiento del famoso rio grande que desde su nacimiento hasta el mar descubrió el Capitan Orellana em unión de 56 hombres”, publicado apenas no século XIX, como o “Descubrimiento del Rio de las Amazonas”, já se dava conta a presença de grandes aldeias indígenas que pareciam sedentárias e auto-suficientes, comandadas por chefes ou “senhores” e protegidas por bravos guerreiros. Dessa e de outras expedições dos primórdios da conquista surgiu o mito da presença de mulheres guerreiras – as amazonas –, que deram nome ao grande rio-mar, como foi chamado o Rio Amazonas (PORRO, 1996).

É de se esperar, portanto, que a floresta que hoje recobre muitos sítios arqueológicos tenha, além de uma história natural, também uma história cultural. Assim sendo, é impossível entender aspectos da história natural da Amazônia sem considerar a influencia das populações humanas, do mesmo modo que não se pode entender a história dos povos amazônicos sem considerar também as relações que esses povos estabeleceram com a natureza (NEVES, 2006: 11)

A questão é que não devemos cair em circunstâncias que levem a gerar possibilidades tendenciosas, já que de certa maneira ao subtrair dessas discussões o espaço físico de maneira a não enxergá-lo desmaterializando-o salienta-se a dificuldade de um espaço fluido da floresta e suas limitações. Essas escalas reduzem o meio ambiente, transformando sua sócioidiversidade e biodiversidade em prerrogativas estanques.

É preciso entender que a longa história do povoamento humano na Amazônia começa praticamente junto com a floresta que conhecemos hoje. A ocupação de grandes áreas da região amazônica durante o período pré-colonial é ainda uma incógnita. Apesar das pesquisas e perspectivas arqueológicas da região só podemos entrever parte dessa história. A grande maioria das pesquisas ainda se tem muito a aprofundar no meio do imenso território que constitui a Bacia Amazônica.

Nesse sentido é que se intensificam os estudos sobre o manejo florestal através da produção da Terra Preta de Índio. A origem da formação destes solos funda-se em duas proposições, a de que as TPI's são frutos da manipulação das sociedades pré-coloniais, ou que as TPI's seriam antigos campos de lavoura dos povos indígenas, o que também implica num manejo.

O certo é que se pode afirmar que ocorreram mudanças na paisagem da Amazônia Pré-colonial em que o homem teve uma participação intencional (BECKERMAN, 1991). O que corrobora com a ideia de inovação cultural na Amazônia pré-colonial.

Não é para tanto que para se explicar a densidade populacional da região durante o período pré-colonial os dados etnográficos são importantíssimos ao reconstituir essa Amazônia do contato. Há boa parte da Amazônia em que esses segredos não foram desvelados e que os relatos a época do contato nos providenciam hipóteses e pistas.

As transformações culturais havidas no período abordado diferem em função de variáveis tais como o tempo histórico, a natureza do contato, a ação das missões religiosas, o reforço da intenção estatal, a perda do isolamento, a estrutura interna dos grupos, a disseminação de doenças epidêmicas principalmente nos primeiros séculos da colonização portuguesa e a explosão demográfica atual, causada pelo fluxo migratório, em locais como Rondônia, por exemplo, além de outras (OLIVEIRA, 1988: 66)

Apesar de os espanhóis terem seus direitos garantidos pelo Tratado de Tordesilhas, não se interessaram por povoar a Amazônia. Por sua vez, os portugueses não vacilaram em tomar a iniciativa de seu efetivo controle. Na Amazônia, os principais recursos explorados pelos portugueses foram à mão-de-obra indígena e as drogas do sertão, especiarias de alto preço no mercado europeu.

A procura de mão-de-obra indígena, pela falta do colono e do escravo negro, foi uma das principais causas de mudança na cultura e na sociedade amazônica, durante os séculos XVII e XVIII (OLIVEIRA, 1988). A outra forma de contextualizar essas fronteiras é falar das tentativas de demarcação por meio dos acordos diplomáticos e tratados de demarcação de limites (SAMPAIO, 2009).

As fronteiras, e particularmente os limites, com suas funções estabilizadoras, compõem, no entanto, parte essencial na formação do quadro amazônico, de sua conquista e de sua ocupação (COELHO, 1992). Durante os avanços para sua ocupação a busca por mão-de-obra na Amazônia implicou numa nova configuração desse espaço. Grande parte do contingente indígena ou foi escravizado ou foi exterminado.

Assim, os descimentos, os regates e as guerras justas tiveram uma importância fundamental na extinção física do índio da Amazônia e na perda de suas maneiras peculiares de viver. As doenças trazidas pelo europeu, como a gripe, a varíola e outras não podem ser esquecidas nesse processo de extinção. (OLIVEIRA, 1988; 79)

A destribalização com o início de um processo de aculturação do índio que paulatinamente começa a entronizar padrões culturais europeus, promoverá uma perda de identidade étnica e de organização tribal que inviabilizará a identificação dessa sociedade com os padrões das sociedades anteriores a esta. Dessa forma as fronteiras sociais, culturais, econômicas e políticas das sociedades pré-coloniais e as de contato foram gradativamente sendo perdidas e esquecidas ao longo do tempo. Como nos afirma Porro (1983) a dizimação da sociedade indígena representou uma queda que resultou num processo irreversível de desintegração sócio-cultural.

Como consequência, o sistema cultural e de valores das sociedades indígenas amazônicas sofreu alterações representadas na forma como esses habitantes ocupavam a terra e manejo de seus recursos naturais. Mas algo ficou, mas que guardado para a memória desses povos, ficou impresso; seus motivos expostos através de sua cestaria, cerâmica, cultura material e etc.

É sim possível aprender sobre esse passado de forma a tentar apreender como esses povos lidavam de maneira a partir de diferentes perspectivas com a apropriação material e simbólica dos recursos da natureza. Essa pesquisa pode representar um salto no que concerne a reestruturação de políticas que possam reivindicar essa preocupação com o ambiente.

Muito ainda se tem para pesquisar sobre esse período. Certo é afirmar que esse espaço sofreu modificações ao longo do tempo e das transformações decorrentes dos vários processos de aculturação a que foram submetidas. De qualquer forma vale a pena um olhar, mas acurado na percepção de que essa floresta, esses rios da região são uma recompensa para o povo que nela habita.

Referencias Bibliográficas

OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Amazônia: modificações culturais decorrentes do processo de ocupação humana (sec. XVII ao XX). Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie antropologia 4(1), 1988.

CASTILHO PEREIRA, Ione A. M. Missão Jesuítica Colonial Na Amazônia Meridional: Santa Rosa De Mojo Uma Missão Num Espaço De Fronteira (1743-1769). Dissertação de Mestrado, PURS; Porto Alegre, 2008.

MOREIRA, Amélia Frazão. A natureza em perspectiva: reflexões sobre saberes ecológicos locais e conhecimentos científicos. In: ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUTO, Francisco José Bezerra; PERONI, Nivaldo (org.). Etnoecologia em perspectivas: natureza, cultura e conservação. Recife, PE: Nupeea, 2010. P. 75-88.

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SABER, Aziz Nacib. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

PORRO, Antônio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Em coedição, 1996.

NEVES, Eduardo Goés. *Arqueologia na Amazônia*. Rio de Janeiro; Zahar, 2006.

SAMPAIO, Patrícia de Melo. *Amazônia: Fronteiras, Identidades E História*. *Cienc. Cult.* vol.61, no.3, São Paulo; 2009.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado*. Brasília, FUNAG, 1992.

FAUSTO, Carlos. *Os índios Antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. *Pesquisa Arqueológica no Amapá*. 2. Ed. Ver. E ampl. Macapá: B-A-Bá, 2005.

SILVA, Carlos Augusto. *A reprodução de vidas em sítios arqueológicos na Amazonia*. Manaus: EDUA, 2014.